

## Algumas Observações sobre a Praxeologia\*

*Ludwig von Mises\*\**

**Resumo:** O autor discute a Epistemologia relacionando-a ao conceito de Ação e mostrando sua relevância para a Economia. Analisa o pensamento praxeológico à luz da realidade do mundo exterior, bem como o fenômeno da causalidade no contexto da Teleologia e por fim define a ação humana como uma categoria.

**Palavras-chave:** Epistemologia, Praxeologia, Ação Humana

### Some Observations Concerning Praxeology

**Abstract:** The author debates Epistemology relating it to the concept of action and showing their relevance to Economics. Analyzes the Praxeological thought in the light of external world reality, as well as the phenomenon of causation in the context of Teleology and eventually defines human action as a category.

**Keywords:** Epistemology, Praxeology, Human Action

**Classificação JEL:** B4; B41; B 53

---

\* Texto publicado pela primeira vez em inglês no ano de 1962 como introdução do livro *The Ultimate Foundations of Economic Science*. A presente tradução foi feita a partir da seguinte edição: MISES, Ludwig von. *Some Preliminary Observations Concerning Praxeology Instead of an Introduction*. In: **The Ultimate Foundation of Economic Science**. (Pref. de Israel Kirzner). 3ª ed. Irvington-on-Hudson, NY: Foundation for Economic Education. 2002. p. 1-9.

Traduzido do inglês para o português por Márcia Xavier de Brito.

\*\* **Ludwig von Mises** nasceu em 29 de setembro de 1881 na cidade de Lviv, na época, território do Império Austro-Húngaro. Estudou, a partir de 1900, na Universidade de Viena, e recebeu o título de Doutor em Direito por essa mesma instituição em 1906. Lecionou na Universidade de Viena de 1913 a 1934, no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais em Genebra de 1934 a 1940 e na New York University de 1945 a 1969. É autor de centenas de artigos acadêmicos e de mais de vinte livros dentre os quais se destaca o tratado de economia *Ação Humana* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010). Faleceu no dia 10 de outubro de 1973 em Nova York, nos Estados Unidos.

## I - O SUBSTRATO PERMANENTE DA EPISTEMOLOGIA

*Πάντα ῥεῖ* [Panta rei], tudo é um incessante fluxo, diz Heráclito (535-475 a.C.); nada há de ser permanente, tudo é mudança e devir<sup>1</sup>. Deve ser deixado à especulação metafísica lidar com problemas caso essa proposição possa ser corroborada do ponto de vista de uma inteligência super-humana e, além disso, caso seja possível para a razão humana pensar em mudança sem indicar o conceito de um substrato que, enquanto muda, em certo respeito e sentido, permanece constante na sucessão dos vários estados. Para a Epistemologia, a teoria do conhecimento humano, certamente existe algo que não pode deixar de ser considerado como permanente, a saber, a estrutura lógica e praxeológica da razão humana, por um lado, e a capacidade dos sentidos humanos, por outro. Plenamente ciente do fato de ser a natureza humana como é, nessa época de mudanças cósmicas que vivemos, não ser algo que tenha existido desde o princípio de todas as coisas, nem algo que permanecerá para sempre, a Epistemologia deve olhar para isso como se fosse imutável. As ciências naturais devem tentar ir mais além e estudar os problemas da evolução. A Epistemologia, todavia, é um ramo – ou melhor, a base – das ciências do homem. Lida com um aspecto da natureza do homem como se ele emergisse dos eons do devir cósmico e como ele é no atual período da história do universo. Não lida com pensamento, em geral, ao apreender e conhecer, mas com o pensar *humano*, que percebe e conhece. Há algo para a Epistemologia que deve ser tomado como imutável, a saber, a estrutura lógica e praxeológica da razão humana.

Não devemos confundir conhecimento com misticismo. O místico pode dizer que “*trevas e luz do sol são a mesma coisa*”<sup>2</sup>. O conhecimento parte de uma clara distinção entre A e não-A.

Sabemos que houve períodos na história cósmica em que não existiam seres do tipo que chamamos *homo sapiens*, e somos livres para presumir que haverá novamente períodos em que essa espécie não existirá. É inútil, no entanto, especular sobre as condições dos seres que são essencialmente diferentes, na estrutura lógica da razão e no poder dos sentidos, dos homens como os conhecemos e como somos. O conceito de super-homem de Friedrich Nietzsche (1844-1900) é destituído de qualquer sentido epistemológico.

## II - SOBRE A AÇÃO

A Epistemologia lida com o fenômeno mental da vida humana, com o homem da maneira como pensa e age. A principal deficiência dos esforços epistemológicos tradicionais é ser vista à revelia dos aspectos praxeológicos. Os epistemólogos lidam com o pensamento como se fosse um campo à parte, destacado de outras manifestações do empenho humano. Lidam com os problemas de lógica e matemática, mas falham em notar os aspectos práticos do pensamento. Ignoram a Praxeologia *a priori*.

A falha dessa abordagem se torna manifesta nos ensinamentos de Teologia Natural como distintos da Teologia Revelada. A Teologia Natural viu a marca característica da divindade na liberdade das limitações da vontade e da razão humanas. A divindade é onisciente e onipotente. Ao elaborar tais ideias, contudo, os filósofos deixaram de ver que o conceito de divindade que encerra um Deus agente, ou seja, um Deus que se comporta da maneira que o homem se comporta ao agir, é autocontraditória. O homem age porque está insatisfeito com o estado de coisas como se apresenta na ausência de sua intervenção. O homem age porque carece de poder para tornar as condições plenamente satisfatórias e deve servir-se dos meios apropriados para torná-los menos insatisfatórios. Para um Ser Supremo e Todo-Poderoso, no entanto, não pode existir insatis-

<sup>1</sup> PLATÃO. *Crátilo*. 401d-402a. (N. do T.)

<sup>2</sup> EMERSON, Ralph Waldo. *Brahma*. Verso 6.

fação alguma com o estado de coisas reinante. O Todo-Poderoso não age, porque não há estado de coisas que Ele não possa tornar plenamente satisfatório sem ação alguma, isto é, sem recorrer a quaisquer meios. Para Ele não existe tal coisa como uma distinção entre meios e fins. Atribuir ação a Deus é atropomorfizá-lo. A começar pelas limitações de sua natureza humana, o raciocínio discursivo do homem nunca pode circunscrever e definir a essência da onipotência.

Deve ser ressaltado, entretanto, que o que impediu as pessoas a prestar atenção nas questões praxeológicas não foram as considerações teológicas. Foi o ardente desejo de realização da quimera utópica do país da Cocanha<sup>3</sup>. Como a ciência da Economia, até agora a parte mais bem elaborada da Praxeologia,<sup>4</sup> explodiu as falácias de todo o tipo de utopia, foi proscrita e estigmatizada como não científica.

O traço mais característico da epistemologia moderna é a negligência total da Economia, um ramo do conhecimento cuja evolução e aplicação prática foi o acontecimento mais espetacular da história moderna.

### III - SOBRE A ECONOMIA

O estudo da Economia, repetidas vezes, perdeu o rumo graças à ideia sem fundamento de que a Economia deve seguir o padrão das demais ciências. O prejuízo causado por tais interpretações erradas não pode ser evitado pela advertência ao economista que pare de lançar olhares desejosos noutros campos do conhecimento ou mesmo que os ignore completamente. A ignorância, qualquer

que seja o assunto, não é em nenhum caso uma qualidade que possa ser útil na busca da verdade. O que é necessário para evitar que o estudioso distorça os estudos econômicos por recorrer a métodos da Matemática, da Física, da Biologia, da História ou dos estudos legais não é desconsiderar e negligenciar tais ciências, mas, ao contrário, tentar compreendê-las e dominá-las. Aquele que quiser obter algo com a Praxeologia deve ser proficiente em Matemática, Física, Biologia, História e Leis, a fim de que não confunda as tarefas e os métodos de quaisquer desses outros ramos do conhecimento. O que havia de errado com as várias escolas históricas de Economia era, primeiramente, que os adeptos eram meros diletantes no campo da História. Nenhum matemático competente pode deixar de perceber falácias básicas de todos os tipos no que é chamado de Economia Matemática e, especialmente, na Econometria. Nenhum biólogo jamais foi enganado pelo organicismo um tanto amador de autores como Paul de Lilienfeld (1829-1903)<sup>5</sup>.

Quando certa vez expressei essa opinião numa conferência, um jovem na audiência objetou. “O senhor está exigindo demais de um economista”, observou; “ninguém pode me forçar a perder tempo estudando todas essas ciências”. Minha resposta foi: “Ninguém pediu ou obrigou que te tornes um economista”.

### IV - O PONTO DE PARTIDA DO PENSAMENTO PRAXEOLÓGICO

O conhecimento *a priori* da Praxeologia é totalmente diferente – categoricamente diferente – do conhecimento *a priori* da Mate-

---

<sup>3</sup> Terra mitológica medieval onde não havia necessidade de trabalho, o alimento era abundante, o clima favorável, todos os prazeres poderiam ser satisfeitos sem esforço e as pessoas permaneceriam sempre jovens. (N. do T.)

<sup>4</sup> Sobre a temática, ver: MISES, Ludwig von. **Ação Humana: Um Tratado de Economia**. Trad. de Donald Stewart Jr. 3ª ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. (N. do T.)

---

<sup>5</sup> Referência ao estadista e cientista social russo que desenvolveu uma teoria organicista e evolucionista acerca da sociedade na obra *Pensamentos sobre as Ciências Sociais do Futuro*, publicada originalmente em russo no ano de 1872 e posteriormente traduzida na íntegra para o alemão, sendo lançada em versões abreviadas em francês e em italiano, atingindo certa popularidade junto à comunidade científica europeia. (N. do T.)

mática, ou, de modo mais preciso, do conhecimento matemático *a priori* como interpretado pelo positivismo lógico. O ponto de partida de todo o pensamento praxeológico não são axiomas arbitrariamente escolhidos, mas uma proposição autoevidente, total, clara e necessariamente presente em todo intelecto humano. Um golfo intransponível separa os animais cujos intelectos possuem esse tipo de cognição daqueles que não a tem de modo completo e presente. Somente aos primeiros é atribuída a designação homem. O traço característico do homem é, precisamente, o agir com consciência. O homem é *homo agens*, o animal ativo.

Tudo – exceto a zoologia – que jamais foi cientificamente afirmado para distinguir o homem dos mamíferos não humanos está contido na proposição: o homem age. Agir significa o esforço em busca de finalidades, ou seja, escolher um objetivo e recorrer a meios para obter a meta pretendida.

A essência do positivismo lógico é negar o valor cognitivo do conhecimento *a priori* ao ressaltar que todas as proposições *a priori* são meramente analíticas. Não oferecem nova informação, mas são apenas verbais ou tautológicas, afirmando o que já fora sugerido nas definições e premissas. Somente a experiência pode levar a proposições sintéticas. Há uma objeção óbvia a essa doutrina, a saber, de que a proposição de não existência de proposições sintéticas *a priori* é, em si mesma, uma falsa proposição sintética *a priori* – como crê o presente autor –, pois, manifestamente, não pode ser estabelecida pela experiência.

Toda a controvérsia, entretanto, perde o sentido quando aplicada à Praxeologia. Refere-se, em essência, à Geometria. Seu estado presente, em especial, o tratamento dado pelo positivismo lógico foi profundamente influenciado pelo choque que a Filosofia ocidental recebeu da descoberta de geometrias não euclidianas. Antes de János Bolyai (1802-1860) e Nikolai Lobachevsky (1792-1856), a Geometria era, aos olhos dos

filósofos, o protótipo da ciência perfeita. Supunham que oferecia uma certeza inabalável para sempre e para todos. Agir em outros ramos do conhecimento *more geometrico* era o grande ideal dos que buscavam a verdade. Todos os conceitos epistemológicos tradicionais começaram a ruir quando as tentativas de construção de geometrias não euclidianas tiveram êxito.

No entanto, Praxeologia não é Geometria. A pior de todas as superstições é pressupor que as características epistemológicas de um ramo do conhecimento devam, necessariamente, ser aplicadas a qualquer outro ramo. Ao lidar com a epistemologia das ciências da ação humana não devemos tomar exemplos da Geometria, Mecânica ou qualquer outra ciência.

Os pressupostos de Euclides já foram considerados como autoevidentemente verdadeiros. A Epistemologia atual os vê como postulados livremente escolhidos, o ponto de partida de uma cadeia de raciocínio hipotética. Qualquer que seja o significado, este não têm referência alguma com os problemas da Praxeologia.

O ponto de partida de Praxeologia é uma verdade autoevidente, a percepção da ação, ou seja, o reconhecimento do fato de que existe tal coisa como visar, conscientemente, a fins. Não há propósito em sofismar a respeito de tais palavras ao referirmos a problemas filosóficos que não tem nenhuma influência sobre nosso problema. A verdade dessa noção é tão autoevidente e tão indispensável para a razão humana quanto a distinção entre A e não-A.

## V - A REALIDADE DO MUNDO EXTERIOR

Do ponto de vista praxeológico, não é possível questionar a verdadeira existência da matéria, de objetos físicos e do mundo exterior. A realidade de tais coisas é revelada pelo fato do homem não ser onipotente. Há no

mundo algo que oferece resistência à realização de suas vontades e desejos. Qualquer tentativa de remover, por simples decreto, aquilo que incomoda e de substituir um estado de coisas mais conveniente por um estado de coisas menos conveniente é inútil. Caso queiramos ter êxito, devemos proceder conforme os métodos adequados à estrutura daquilo que a percepção nos oferece como alguma informação. Podemos definir o mundo exterior como a totalidade de todas as coisas e eventos que determinam a viabilidade ou inviabilidade, o sucesso do erro, da ação humana.

A questão muito discutida de se os objetos físicos podem ou não ser concebidos como existentes independentemente da razão é inútil. Por milhares de anos a opinião médica não percebia os micróbios e não adivinhou sua existência, mas o sucesso ou fracasso de seus esforços para manter a saúde e a vida dos pacientes dependeu da maneira como os micróbios influenciaram ou não o funcionamento dos órgãos do corpo dos pacientes. Os micróbios eram verdadeiros porque condicionaram o resultado dos acontecimentos tanto por interferir como por não interferir, por estarem presentes ou ausentes do local.

## VI - CAUSALIDADE E TELEOLOGIA

A ação é uma categoria que as ciências naturais não levam em consideração. Os atos dos cientistas participam do trabalho de pesquisa, mas na órbita dos acontecimentos naturais do mundo exterior que eles exploram não existe algo como ação. Há agitação, estímulo e resposta e, por mais que alguns filósofos objetem, há causa e efeito. Existe o que parece ser uma inexorável regularidade na concatenação e sequência dos fenômenos. Há relações constantes entre entidades, que permitem ao cientista instituir um processo chamado medição, mas não há nada que sugira visar os fins buscados; não há propósito determinável.

As ciências naturais são pesquisas de causalidade; as ciências da ação humana são

teleológicas. Ao estabelecer essa distinção entre os dois campos do conhecimento humano não expressamos nenhuma opinião a respeito de se o curso de todos os eventos cósmicos é ou não, em última análise, determinado pelo desígnio de um ser sobre-humano. O tratamento desse grande problema transcende o escopo da razão humana e está fora do domínio de qualquer ciência humana. Eis o campo reivindicado pela Metafísica e pela Teologia.

O propósito a que as ciências da ação humana se referem não são os desígnios e veredas de Deus, mas as finalidades pretendidas pelos homens ativos ao buscar os próprios planos. As tentativas da disciplina Metafísica, ordinariamente chamada Filosofia da História, para revelar, no fluxo dos eventos históricos, os planos secretos de Deus ou de algum agente mítico – como, por exemplo, no esquema de Karl Marx (1818-1883), as forças produtivas materiais – não são ciência.

Ao lidar com um fato histórico definido, como por exemplo, a Primeira Guerra Mundial, o historiador tem de descobrir os fins pretendidos por vários indivíduos e grupos de indivíduos que eram instrumentais em organizar tais campanhas ou em combater os agressores. Tem de analisar o efeito resultante das ações de todas as pessoas envolvidas e comparar com o estado de coisas anterior, bem como com as intenções dos agentes. Não é dever do historiador, contudo, buscar por um sentido “mais elevado” ou “mais profundo” do que o manifestado nos acontecimentos ou por eles percebido. Talvez exista tal propósito oculto “mais elevado” ou “mais profundo” ou significado na sucessão de acontecimentos históricos, mas para o homem mortal não existe um caminho aberto para aprender algo sobre tais significados “mais elevados” ou “mais profundos”.

## VII - A CATEGORIA DA AÇÃO

Todos os elementos da ciência teórica da ação humana já estão implícitos na catego-

ria de ação e têm de ser explicitados ao expor seu conteúdo. Dentre esses elementos de teleologia também está a categoria da causalidade, a categoria da ação é a fundamental categoria da epistemologia, o ponto de partida de qualquer análise epistemológica.

A própria categoria ou conceito de ação compreende os conceitos dos meios e dos fins, ou prefere e não dá importância, a saber, ao valor, ao sucesso e ao fracasso, às perdas e ganhos, aos custos. Como nenhuma ideia ou ação pode ser elaborada e arriscada sem noções definidas sobre a relação de causa e efeito, a teleologia pressupõe a causalidade.

Os animais são forçados a se ajustarem às condições naturais do meio-ambiente; se não forem bem-sucedidos nesse processo de ajuste, são eliminados. O homem é o único animal que é capaz – dentro de limites definidos – de ajustar seu meio-ambiente propositalmente ao que mais lhe convém.

Podemos pensar no processo evolutivo que transformou os ancestrais não humanos da humanidade em seres humanos como a sucessão de pequenas mudanças graduais ao longo de milhões de anos, mas não podemos pensar em um intelecto cuja categoria da ação estivesse presente de maneira incompleta. Não existe nada entre um ser conduzido exclusivamente por instintos e por impulsos psicológicos e um ser que escolhe finalidades e meios para atingir tais metas. Não podemos pensar em um ser ativo que não faça distinção *in concreto* entre o que é a finalidade e o que são os meios, o que é sucesso e o que é fracasso, o que gosta mais e o que menos gosta, que distinga qual é a perda e qual é o lucro proveniente do agir e quais são os custos. Ao compreender todas essas coisas, tal ser pode, é claro, errar nos juízos acerca dos papéis que possuem os vários acontecimentos externos e materiais na estrutura de seu agir.

Um modo de comportamento definitivo é uma ação somente se tais distinções estiverem presentes na mente de quem lhe diz respeito.

## VIII - AS CIÊNCIAS DA AÇÃO HUMANA

A língua alemã cunhou um termo que teria sido útil para denotar a totalidade das ciências que lidam com a ação humana como algo distinto das ciências naturais, a saber, o termo é *Geisteswissenschaften*. Infelizmente, alguns autores sobrecarregaram o termo com implicações metafísicas e místicas que diminuem sua utilidade. Em inglês o termo *Pneumatology* [pneumatologia] – sugerido por Jeremy Bentham (1748-1832) como o oposto de *Somatology* [somatologia]<sup>6</sup> – teria servido ao propósito, mas nunca foi aceito. O termo *Ciências Morais* como empregado por John Stuart Mill (1806-1873)<sup>7</sup> é insatisfatório por conta da afinidade etimológica com a disciplina normativa da Ética. O termo *Humanidades* é tradicionalmente empregado, de modo exclusivo, para os ramos históricos das ciências da ação humana. Assim, somos forçados a empregar o termo, um tanto pesado, “Ciências da Ação Humana”. ∞

<sup>6</sup> BENTHAM, Jeremy. *Chrestomathia*. In: BOWRING, John (Ed.) Apêndice IV: Essay on Nomenclature and Classification. *The Works of Jeremy Bentham, Volume 8: Chrestomathia, Essays on Logic and Grammar, Tracts on Poor Laws, Tracts on Spanish Affairs*. Edinburgh: William Tait, 1843. p. 84, 88.

<sup>7</sup> Sobre a temática, ver: MILL, John Stuart. *A Lógica das Ciências Morais*. Introd. e trad. Alexandre Braga Massella. São Paulo: Iluminuras, 1999. (N. do T.)